

Uma nova bomba de Monsenhor Ranjith

Monsenhor Albert Malcolm Ranjith Pattabendige Don, digníssimo Arcebispo Secretário da Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, tem se notabilizado pela firmeza, assim como pela clareza de seus pronunciamentos. Recentemente, ele tem multiplicado entrevistas, defendendo o Papa Bento XVI, tão injustamente incompreendido e desobedecido por muitos Bispos, e até Cardeais, que se opõem ao Motu Proprio **Summorum Pontificum**, liberalizador da Missa de sempre.

Muitos Bispos, inclusive no Brasil, têm se manifestado com escusas esdrúxulas e com sofismas, para não permitir a celebração da Missa de sempre, ficando assim em clara desobediência ao Papa.

Mesmo no Brasil —Mesmo? Ou especialmente?— muitos Bispos têm respondido com desculpas esfarrapadas aos fiéis que lhes pedem a celebração da Missa chamada de São Pio V, afirmando que o Papa só a permitiu para quem saiba latim, quando o Papa Bento XVI não colocou essa, ou qualquer outra condição, para permitir a Missa. Alguns Bispos ameaçam os padres que pretendem rezar a Missa gregoriana, pretendendo submetê-los, e aos fiéis que pedem a Missa de sempre, a uma prova de conhecimento de latim. Se eles submetessem os fiéis —e mesmo alguns padres— a uma prova de português para rezarem a Missa em vernáculo...

Curioso é que tais Bispos aceitam as Missas em que se “fala” no blá blá blá carismático, que ninguém entende.

Monsenhor Ranjith, falando da desobediência desses Bispos —desobediência que raia pelo cisma— declarou em uma entrevista ao site **Rorate Coeli**:

"Existiram reações positivas e, é inútil negar, criticismos e oposição, mesmo de teólogos, liturgistas, padres, Bispos e até Cardeais. Eu francamente não entendo esses afastamentos e por que não [dizer], rebelião contra o Papa. Eu convido a todos, particularmente os Pastores, a obedecer ao Papa, que é o Sucessor de Pedro. Os bispos, em particular, juraram fidelidade ao Pontífice: possam eles ser coerentes e fiéis aos seus comprometermentos".

Perguntou então o entrevistador a Monsenhor Ranjith:

"Em sua opinião, o que causa essas revelações contra o Motu Proprio?"

"O senhor sabe que existiram, em algumas dioceses, até documentos interpretativos que inexplicavelmente querem limitar o Motu Proprio do Papa. Essas ações mascaram por trás, numa mão, preconceitos de um tipo ideológico, e noutra, orgulho, um dos mais graves pecados. Eu repito: eu chamo a todos a obedecerem ao Papa. Se o Santo Padre decidiu promulgar o Motu Proprio, ele teve suas razões, que eu compartilho completamente".

"É importante, até mesmo fundamental, que o padre seja colocado de lado: o protagonista da Missa é Cristo. Eu não entendo, desta forma, as celebrações Eucarísticas transformadas em shows com danças, músicas e aplausos, como freqüentemente acontece com o Novus Ordo".

Outro ponto criticado por Monsenhor Ranjith: frequentemente se ouvem longas homilias...

"Isso também é um abuso. Eu sou contrário a danças e aplausos no meio das Missas, que não são circo ou estádio. Enquanto para as homilias, elas devem relatar, como o Papa sublinhou, exclusivamente a aspetos catequéticos, evitando sociologismos e tagarelices inúteis. Por exemplo, padres freqüentemente desviam para política, porque não prepararam bem a homilia, que deve, pelo contrário, ser escrupulosamente estudada. Uma homilia excessivamente longa é sinônimo de uma escassa preparação: o tempo correto para um sermão deve ser 10 minutos, 15 no máximo. Deve ser entendido que o momento culminante da celebração é o mistério Eucarístico, que não significa subestimar a liturgia da palavra, mas clarificar como uma correta liturgia deve ser aplicada".

O entrevistador indagou então:

"Voltando ao Motu Proprio: alguns criticam o uso do Latim durante a Missa..."

Ao que respondeu Dom Ranjith, defendendo a Tradição:

"O rito Tridentino é parte da tradição da Igreja. O Papa pontualmente explicou os motivos para sua medida, um ato de liberdade e justiça para os tradicionalistas. Quanto ao Latim, quero sublinhar que ele nunca foi abolido, e mais, ele garante a universalidade da Igreja. Mas eu repito: Eu convido padres, Bispos e Cardeais à obediência, deixando de lado todo tipo de orgulho e preconceito". (cfr. <http://rorate-caeli.blogspot.com>)

Antes dessa entrevista, disse Monsenhor Ranjith, numa conferência pronunciada na Holanda, que **os Bispos que resistem ao Motu Proprio Summorum Pontificum agem como "instrumentos do Demônio"**.

Excusez du peu!...

A palestra feita na Holanda intitulava-se "**Fé, Obediência e Teologia**" e foi proferida no encontro anual da Associação Holandesa de Liturgia Latina (Vereniging voor Latijnse Liturgie) em Hertogenbosch (Holanda), em 6 de outubro de 2007.

Nela disse Monsenhor Ranjith:

*"O Motu Proprio Summorum Pontificum sobre a Liturgia Latina, de 7 de julho de 2007, é o fruto de uma profunda reflexão do nosso Papa sobre a missão da Igreja. Não cabe a nós, que vestimos a púrpura e o vermelho eclesiástico, colocar isso em questão, **sermos desobedientes e esvaziarmos o Motu Proprio por nossas próprias pequenas e mínimas regras.***

*"Mesmo se elas fossem feitas por uma conferência de bispos. Os próprios Bispos não têm esse direito. **O que o Santo Padre diz tem de ser obedecido na Igreja.** Se nós não seguirmos esse princípio, nós permitiremos nós mesmos sermos usados como instrumentos do Demônio, e ninguém mais. Isso vai levar a discórdia à Igreja e diminuir sua missão. Nós não temos tempo a perder com isso. **Mais, nós nos comportamos como o imperador Nero, ocupando-se com seu violino enquanto Roma pega fogo.** As igrejas estão esvaziando, não existem vocações, os seminários estão vazios. Padres ficando velhos e velhos, e jovens padres são escassos".* (cfr. h

<http://wdtprs.com/blog/2007/10/archp-ranjith-on-bishops-who-resist-summorum-pontificum-instruments-of-the-devil>)

Isso é que é falar claro!

Evidentemente, Monsenhor Ranjith falava assim por ter o aval do Papa. Jamais um membro da Cúria se atreveria a dizer tais coisas de Bispos e Cardeais sem a permissão do Papa.

E nem ficou por aí Monsenhor Ranjith. Continuou a fazer pronunciamentos que preparam a promulgação de novas medidas do Papa Bento XVI: a anulação das excomunhões de Dom Lefebvre e de Dom Mayer, a reforma da reforma da Missa Nova de Paulo VI. E já se fala de ordem papal para que nos seminários se ensine a celebrar a Missa de sempre...

Se a simples liberação da Missa de sempre encontrou resistências e desobediências que raiam pelo cisma, imagine-se o que acontecerá quando os Bispos e padres seguidores do Modernismo tiverem que mudar a Missa Nova, aquela que é para o homem, e que se reza, hoje, com tanto “festejo”. Imagine-se como se revoltarão, se tiverem que ensinar seus seminaristas, formados na Teologia da Libertação, a rezarem a Missa de sempre, aquela que é para Deus, e não para o homem...

Agora, se noticia uma nova entrevista de Monsenhor Ranjith para a *Agência Fides*, (que publicamos abaixo, na íntegra), na qual ele disse coisas terríveis para ouvidos com prurido de modernismo.

Eis alguns pontos que destacamos:

Sobre as finalidades do Motu Proprio, Monsenhor Ranjith mostra que foram principalmente duas:

- 1) O retorno da FSSPX à plena comunhão eclesial;

2) “um sinal para toda a Igreja sobre alguns princípios teológico-disciplinares a salvaguardar”.

E quem estaria ameaçando "*certos princípios teológico-disciplinares*" senão a Nova Missa de Paulo VI, e o modo como ela é celebrada?

Uma primeira crítica de Monsenhor Ranjith à própria Missa Nova é a de que nela não se respeitou a Tradição litúrgica da Igreja:

"Com o Motu Proprio, o Papa quis afirmar claramente que toda tentativa de desprezo dessas veneráveis tradições está fora de lugar. A Mensagem é clara: progresso, sim, mas não às custas, ou sem a história. Também a reforma litúrgica deve ser fiel a tudo aquilo que aconteceu desde o início até hoje, sem exclusões".

A elaboração da missa Nova seguiu o chamado "*espírito do Concílio*" condenado por Bento XVI, em seu discurso à Cúria Romana, em Dezembro de 2005.

E, falando da importância da Tradição, Monsenhor Ranjith lembrou algo que o Vaticano II expressou de modo de modo ambíguo, para agradar aos protestantes: em vez de afirmar que duas são as fontes da revelação: a Sagrada Escritura e a Tradição, disse que a fonte única da revelação é Deus. Eis o que disse Monsenhor Ranjith:

"(...) não devemos jamais esquecer que, para a Igreja Católica, a Revelação Divina não é algo proveniente apenas da Sagrada Escritura, mas também da Tradição viva da Igreja. Tal fé nos distingue nitidamente das outras manifestações da fé cristã. A verdade para nós é aquilo que emerge, por assim dizer, destes dois pólos, isto é, da Sagrada Escritura e da Tradição. Essa posição, para mim, é muito mais rica do que outras visões, porque respeita a liberdade do Senhor a guiar-nos em direção a uma compreensão mais adequada da verdade revelada também através daquilo que acontecerá no futuro. Naturalmente, o processo de discernimento daquilo que emerge será atualizado através do Magistério da Igreja. Mas aquilo que devemos recolher é a importância atribuída à Tradição. A Constituição Dogmática Dei Verbum afirmou essa verdade claramente (DV 10)."

Monsenhor Ranjith não temeu aplicar esse princípio tradicionalista para criticar a Missa Nova, pois disse:

“(...) aquilo que é recebido, deverá ser transmitido fielmente. Nós não somos nem inventores da verdade, nem os seus donos, mas apenas aqueles que a recebem, e que têm o dever de protegê-la e transmiti-la aos outros. Como dizia São Paulo falando da Eucaristia: ‘Eu de fato recebi do Senhor aquilo que, por minha vez, vos transmiti’ (1Cor 11, 23). O respeito da Tradição não é, portanto, uma livre escolha nossa na busca da verdade, mas a sua base que deve ser aceita. Na Igreja, a fidelidade à Tradição, por isso, é uma atitude essencial da própria Igreja. O Motu Proprio, a meu ver, deve ser entendido também nesse sentido. Ele é um possível estímulo para uma necessária correção de rumo. De fato, em algumas escolhas da reforma litúrgica feita depois do Concílio, foram adotadas orientações que ofuscaram alguns aspectos da Liturgia, melhor refletida da prática precedente, porque, a renovação litúrgica foi entendida por alguns como algo a ser feito totalmente “ex novo” (do novo).

"Correção de rumo" implica em afirmar que se tomou um rumo errado, que é preciso corrigir. Monsenhor Ranjith admite que na Nova Missa alguns aspectos bem claros, na Missa de sempre, foram ofuscados na Missa Nova: *“algumas escolhas da reforma litúrgica feita depois do Concílio, foram adotadas orientações que ofuscaram alguns aspetos da Liturgia, melhor refletida da prática precedente”*.

Daí, ser preciso liberar a Missa de sempre, para recuperar mais facilmente o que foi ofuscado, obscurecido, na Missa de Paulo VI.

“Algumas dessas reformas abandonaram importantes elementos da Liturgia com as relativas considerações teológicas: agora é necessário e importante recuperar esses elementos. O Papa considera que o rito de São Pio V, revisto pelo Beato João XXIII, é um caminho para a recuperação daqueles elementos ofuscados pela reforma”, lembra Monsenhor Ranjith.

Ele faz notar ainda que, para Bento XVI, a rejeição da Missa de sempre —nunca oficialmente revogada—mas brutalmente proscrita pelos Bispos, teve por base o chamado *“espírito do Concílio”*:

“A rejeição categórica da Missa pré-conciliar, como o resto de uma época já “superada”, foi o

resultado dessa mentalidade. Tantos viram as coisas desse modo, mas, por graça de Deus, não por todos”.

De fato, graças a Deus, Dom Lefebvre e Dom Mayer, como todos os que os seguiram, não viram assim, antes protestaram contra a reforma litúrgica de Paulo VI, e enfrentaram até mesmo uma injusta excomunhão, para se manterem fiéis à doutrina católica de sempre, agindo heroicamente como verdadeiros Confessores da Fé.

Nada mais natural então que Bento XVI anule as injustas excomunhões que eles sofreram e suportaram com a paciência de Confessores da Fé.

Monsenhor Ranjith explica então que *“Algumas dessas reformas [pós conciliares] abandonaram importantes elementos da Liturgia com as relativas considerações teológicas: agora é necessário e importante recuperar esses elementos. O Papa, considera que o rito de São Pio V, revisto pelo Beato João XXIII, é um caminho para a recuperação daqueles elementos ofuscados pela reforma”.*

Portanto, a liberação da Missa de sempre não é simplesmente pelo latim. Não é uma questão de saudosismo. É uma questão que envolve doutrina, que envolve questões teológicas perdidas, ou muito mal expressas, na Missa Nova. Para isso foi liberada a Missa de sempre: para ajudar a recuperar questões doutrinárias envolvendo a Fé.

Foi esse obscurecimento da Fé, verificado na Missa Nova de Paulo VI, aliado á idéia de que o padre celebrante poderia usar de sua criatividade, que causou os imensos abusos na Liturgia, abusos que Bento XVI afirma terem chegado ao limite do suportável. Isto é, ao insuportável.

Claro que haverá sempre os hereges camuflados de fiéis seguidores do Concílio —os eternos defensores “moderados” dos erros do Vaticano II e da Missa Nova—, que condenam os abusos, e contraditoriamente defendem os princípios que os geraram. Contra eles, Monsenhor Ranjith diz também algo, embora de modo sutil:

“Creio que nos crescentes pedidos para a liberalização da Missa de São Pio V, o Papa tenha

visto sinais de um certo esvaziamento espiritual causado pelo modo com o qual os momentos litúrgicos, são até hoje celebrados na Igreja. Tal dificuldade **nasce tanto de certas orientações da reforma litúrgica pós conciliar, que tendiam a reduzir, ou melhor ainda, a confundir aspectos essenciais da fé**, quanto de comportamentos aventureiros e pouco fiéis à disciplina litúrgica da própria reforma; o que se constata por toda a parte”.

Note-se que Monsenhor Ranjith aponta como causa do “esvaziamento espiritual” da Liturgia reformada segundo o “espírito do Concílio”, em primeiro lugar, “**certas orientações da reforma litúrgica pós conciliar, que tendiam a reduzir, ou melhor ainda, a confundir aspectos essenciais da fé**”, e, depois, “**comportamentos aventureiros e pouco fiéis à disciplina litúrgica**”, geradores dos insuportáveis abusos litúrgicos atuais.

Monsenhor Ranjith, para dourar a pílula bem amarga que ele manda os Bispos modernistas engolirem, diz que nem tudo foi negativo na Missa Nova. Mas não aponta um só elemento positivo dessa Missa reformada. Mas, em vez disso, mostra seus inúmeros abusos, que obscurecem a Fé e Ihe são nocivos:

“A reforma pós conciliar não é de todo negativa; antes, há nela muitos aspectos positivos naquilo que foi realizado. Mas há também mudanças introduzidas abusivamente que continuam a ser levadas avante não obstante seus efeitos nocivos à fé e sobre a vida litúrgica da Igreja”.
(O destaque é meu).

E o primeiro abuso apontado por Monsenhor Ranjith é a comunhão dada na mão, tão brutalmente imposta no Brasil, por certos Bispos. Monsenhor Ranjith afirma que esse abuso trouxe decadência, diminuição da Fé na presença real de Cristo na Eucaristia:

“Falo aqui, por exemplo, de uma mudança efetuada na reforma, a qual não foi proposta nem pelos Padres Conciliares, nem pela Sacrosanctum Concilium, isto é, a comunhão recebida na mão. Isso contribuiu, de algum modo, para uma certa decadência da fé na Presença real de Cristo na Eucaristia. Essa prática, e a abolição das balaustradas do presbitério, dos genuflexórios das igrejas e a introdução de práticas que obrigam os fiéis a ficar sentados ou de pé durante a elevação do Santíssimo Sacramento reduz, o genuíno significado da Eucaristia assim como o sentido da profunda adoração que a Igreja deve dirigir para o Senhor, o Unigênito Filho de Deus. Além disso, a Igreja, casa de Deus, em alguns lugares é usada como sala para encontros fraternos, concertos ou celebrações inter-religiosas. Em algumas Igrejas, o Santíssimo Sacramento é quase escondido e abandonado em uma capelinha invisível e pouco

decorada. Tudo isso obscurece a fé tão central da Igreja, na presença real de Cristo. Para nós católicos, a Igreja é essencialmente a casa do eterno”.

E como essas palavras de recriminação calham como luva a tantos Bispos no Brasil!

E veja-se, se também esta crítica não atinge a grande maioria do Clero e das Dioceses do Brasil:

“Outro sério erro é aquele de confundir os papéis específicos do clero e dos leigos com relação ao altar tornando o presbitério um lugar de perturbação, de excessivo movimento, e não certamente ‘o lugar’ onde o cristão consegue colher o sentido de maravilhamento e de esplendor ante a presença e a ação salvífica do Senhor. O uso de danças, de instrumentos musicais e de cantos que têm bem pouco de litúrgico, não são de modo algum consoantes ao ambiente sagrado da Igreja e da Liturgia; acrescento também certas homilias de caráter político-social frequentemente pouco preparadas. Tudo isso desnatura a celebração da S. Missa e faz dela uma coreografia e uma manifestação de teatralidade, mas não de fé”.

Frei Betto, Padre Zezinho, Padre Marcelo Rossi, Padre Fábio de Mello com suas fãs, Cônego Manzatto, Padre Reginaldo Manzotti, Monsenhor Jonas Abib, etc. para citar apenas alguns, que dirão dessa crítica de Monsenhor Ranjith que os atinge em cheio?

Finalmente, a questão da desobediência dos Bispos e Cardeais ao Motu Proprio de Bento XVI:

“Uma segunda problemática seria aquela de uma crise de obediência para com o Santo Padre que se nota em alguns ambientes. Se tal atitude de autonomia é visível entre alguns eclesiásticos, como também nos níveis mais altos da Igreja, não favorece certamente à nobre missão que Cristo confiou a seu Vigário”.

“Ouve-se que, em algumas nações ou dioceses, foram promulgadas pelos Bispos regras que praticamente anulam ou deformam a intenção do Papa. Tal comportamento não é consoante com a dignidade e a nobreza da vocação de um pastor da Igreja”.

Monsenhor Ranjith não poderia ser mais duro.

Parodiando, ao inverso, o que disse Monsenhor Ranjith da Missa nova, que nela nem tudo é positivo, também na entrevista desse bem valente Arcebispo nem tudo é positivo. Infelizmente tenho algo a dizer contra sua entrevista.

Disse ele: *“Para a Igreja, a Tradição viva é uma das fontes da revelação divina e é fruto de um processo de evolução continua”*.

Melhor fora que tivesse dito que pode haver progresso na Tradição, nunca evolução. Pois o progresso consiste na manutenção da mesma doutrina, cuja exposição pode se tornar mais clara, mas sempre com o mesmo sentido de sempre, como bem definiu o famoso princípio de São Vicente de Lerins. A evolução, pelo contrário, implica sempre em mudança essencial.

Essas palavras de Monsenhor Ranjith dariam aos modernistas a possibilidade de uma resposta: foi com base na evolução da doutrina e da liturgia que se fizeram as mudanças que Bento XVI e Monsenhor Ranjith justamente condenam.

Em todo caso, as entrevistas de Monsenhor Ranjith, muito provavelmente feitas com o aval do Papa, prenunciam novas medidas da política de retorno de Bento XVI.

Quem imaginaria, há apenas três anos atrás, que tudo isso pudesse acontecer?

E como reagirão os Bispos e Cardeais modernistas a esse “impossível” que está acontecendo?

Uma grande crise se anuncia.

Nossa Senhora de Fátima anunciou um grande triunfo do Imaculado Coração de Maria.

Rezemos pelo Papa Bento XVI.

E rezemos por Monsenhor Ranjith.

São Paulo, 21 de Novembro de 2007.

SOBRE A MISSA TRIDENTINA, MONSENHOR RANJITH:

"Desobediência demais em confrontos com o Pontífice"

<http://www.papanews.it/news.asp?IdNews=4031#a> 16/11/07

CIDADE DO VATICANO - "*Em algumas nações ou dioceses foram publicadas regras pelos Bispos que praticamente anulam ou deformam*" o Motu Proprio por meio do qual Bento XVI liberalizou o uso do Missal latino.

"*Tal comportamento* —denuncia o Secretário da Congregação para o Culto e a Disciplina dos Sacramentos, Allbert Malcolm Ranjith em uma entrevista à agência vaticana Fides— *não é consoante com a dignidade e a nobreza da vocação de um pastor da Igreja*".

O "número dois" do Dicastério vaticano define em vez como "*louvável*" o fato de que "*a maioria dos Bispos e eclesialísticos tenham aceitado, com o devido sentido de reverência e obediência, a vontade do Papa*" e recorda que o pedido dos tradicionalistas representa também uma reação aos erros e abusos que foram cometidos no uso do novo Missal de Paulo VI, que em

alguns casos "era entendido sem mais como uma autorização e até como uma obrigação para a criatividade, a qual freqüentemente leva a deformações da liturgia ao limite do suportável".

"O resultado de tais abusos —explica o Arcebispo ceilandês— foi um crescente espírito de nostalgia pela Missa de São Pio V. Além de um sentimento de desinteresse geral para ler e respeitar, seja os documentos normativos da Santa Sé, seja as próprias Instruções e Premissas dos livros litúrgicos pioraram a situação". O erro mais grave, para o Secretário da Congregação dos Sacramentos "é aquele que confunde os papéis específicos do clero e dos leigos com relação ao altar" também com "o uso de danças, de instrumentos musicais e cantos que bem pouco tem de litúrgico, não são em nada consoantes com o ambiente sacro da Igreja e da Liturgia".

ÍNTEGRA DA ENTREVISTA

Ag. FIDES - <http://www.fides.org/aree/news/newsdet.php?idnews=14580&lan=ita>

VATICANO – O Motu Proprio Summorum Pontificum é "também um sinal para toda a Igreja sobre alguns princípios teológico-disciplinares a salvaguardar tendo em vista uma sua profunda renovação, tão desejada pelo Concílio".

Entrevista de Sua Excia. Mons. Albert Malcolm Ranjith, Arcebispo Secretário da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos.

Cidade do Vaticano (Agência Fides) – No dia 14 de Setembro entrou em vigor o Motu Proprio **Summorum Pontificum** promulgado pelo Papa Bento XVI, em 7 de Julho de 2007 e dedicado ao rito de São Pio V revisto, em 1962, pelo Papa João XXIII. Com o Motu Proprio (iniciativa promovida por quem tem poder para isso) volta a possibilidade de celebrar com o Missal Tridentino sem necessariamente ter que pedir permissão ao Bispo. Com o Concílio Vaticano II e em particular com a reforma litúrgica de 1970, promovida pelo Papa Paulo VI, o antigo Missal fora substituído pelo novo e, ainda que não tivesse sido jamais abolido, os fiéis para utilizá-lo tinham que pedir a expressa permissão do Bispo. Uma permissão exigida por um outro Motu Proprio: o **Ecclesia Dei afflictata** firmado pelo Papa João Paulo II, em 2 de Julho de 1988. Hoje, com o novo Motu Proprio, essa permissão não é mais necessária e qualquer "grupo estável" de fiéis pode livremente pedir ao próprio pároco a possibilidade de celebrar seguindo o antigo

Missal. A *Agência Fides*, nesse sentido, dirigiu algumas perguntas a Sua Excia. Monsenhor Albert Malcolm Ranjith, Arcebispo Secretário da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos.

Excelência Reverendíssima, qual é, a seu ver o significado profundo do Motu Proprio Summorum Pontificum?

“Vejo nessa decisão não só a solicitude do Santo Padre em abrir caminho para a reentrada à plena comunhão da Igreja para os seguidores de Monsenhor Lefebvre, mas também um sinal para toda a Igreja sobre alguns princípios teológico-disciplinares a salvaguardar tendo em vista uma sua profunda renovação, tão desejada pelo Concílio.

Parece-me que há nisso um forte desejo do Papa para corrigir aquelas tentações, patentes em alguns ambientes, que vêem o Concílio como um momento de ruptura com o passado, e como um novo início. Basta recordar seu discurso à Cúria Romana, em 22 de Dezembro de 2005. De outro lado, nem o Concílio pensou, nesses termos. Seja em suas escolhas doutrinárias, seja nas litúrgicas, como também nas jurídicas-pastorais, o Concílio foi um outro momento de aprofundamento e de atualização da rica herança teológica-espiritual da Igreja na sua história bimilenar. Com o Motu Proprio, o Papa quis afirmar claramente que toda tentação de desprezo dessas veneráveis tradições está fora de lugar. A Mensagem é clara: progresso, sim, mas não às custas, ou sem a história. Também a reforma litúrgica deve ser fiel a tudo aquilo que aconteceu desde o início até hoje, sem exclusões.

Por outro lado, não devemos jamais esquecer que, para a Igreja Católica, a Revelação Divina não é algo proveniente apenas da Sagrada Escritura, mas também da Tradição viva da Igreja. Tal fé nos distingue nitidamente das outras manifestações da fé cristã. A verdade para nós é aquilo que emerge, por assim dizer, destes dois pólos, isto é, a Sagrada Escritura e a Tradição. Esta posição, para mim, é muito mais rica do que outras visões, porque respeita a liberdade do Senhor a guiar-nos em direção a uma compreensão mais adequada da verdade revelada também através daquilo que acontecerá no futuro. Naturalmente, o processo de discernimento daquilo que emerge será atualizado através do Magistério da Igreja. Mas aquilo que devemos recolher é a importância atribuída à Tradição. A Constituição Dogmática Dei Verbum afirmou essa verdade claramente (DV 10).

Ademais, a Igreja é uma realidade que supera os níveis de uma pura invenção humana. Ela é o Corpo místico de Cristo, a Jerusalém celeste e a estirpe eleita de Deus. Ela, por isso, supera as

fronteiras terrestres assim como toda limitação de tempo e é uma realidade que transcende de muito a sua manifestação terrestre e hierárquica. Por isso, nela, aquilo que é recebido, deverá ser transmitido fielmente. Nós não somos nem inventores da verdade, nem os seus donos, mas apenas aqueles que a recebem, e que têm o dever de protegê-la e transmiti-la aos outros. Como dizia São Paulo falando da Eucaristia: “Eu de fato recebi do Senhor aquilo que, por minha vez, vos transmiti” (1Cor 11, 23). O respeito da Tradição não é, portanto, uma livre escolha nossa na busca da verdade, mas a sua base que deve ser aceita. Na Igreja, a fidelidade à Tradição, por isso, é uma atitude essencial da própria Igreja. O Motu Proprio, a meu ver, deve ser entendido também nesse sentido. Ele é um possível estímulo para uma necessária correção de rumo. De fato, em algumas escolhas da reforma litúrgica feita depois do Concílio, foram adotadas orientações que ofuscaram alguns aspetos da Liturgia, melhor refletida da prática precedente, porque, a renovação litúrgica foi entendida por alguns como algo a ser feito totalmente “ex novo” (do novo). Sabemos bem, porém, que tal não foi a intenção da Sacrosanctum Concilium, que destaca que “as novas formas, de qualquer modo, desabrocharão organicamente daquelas já existentes” (SC 23).

Uma característica do Pontificado de Bento XVI parece ser a insistência em torno de uma correta hermenêutica do Concílio Vaticano II. Segundo o Senhor, o Motu Proprio "Summorum Pontificum" vai nessa direção? Se sim, em que sentido?

"Já quando era Cardeal, em seus escritos, o Papa havia rejeitado um certo espírito de exuberância visível em alguns círculos teológicos motivados por um assim chamado "espírito do Concílio" que para ele foi, na realidade, um verdadeiro "anti espírito" ou um "Konzils-Ungeist" (Relação sobre a Fé, São Paulo, 2005, capítulo 2). Cito textualmente tal obra na qual o Papa sublinha: "É preciso opor-se decisivamente a esse esquematismo de um antes e um depois na história da Igreja, totalmente injustificado pelos próprios documentos do Vaticano II, que não fazem senão reafirmar a continuidade do catolicismo" (ibid p. 33).

Ora, um tal erro de interpretação do Concílio e do caminho histórico-teológico da Igreja influenciou sobre todos os setores eclesiais, inclusive na Liturgia. Uma certa atitude, de fácil rejeição dos desenvolvimentos eclesiológicos e teológicos, como também dos comportamentos litúrgicos do último milênio, de um lado, e uma ingênua idolização do que teria sido a “mens” da Igreja assim chamada dos primeiros cristãos, de outro lado, teve um influxo de não pouca importância sobre a reforma litúrgico-teológica da era pós conciliar.

A rejeição categórica da Missa pré-conciliar, como o resto de uma época já “superada”, foi o resultado dessa mentalidade. Tantos viram as coisas desse modo, mas, por graça de Deus, não por todos.

A própria Sacrosanctum Concilium, a Constituição Conciliar sobre a Liturgia, não oferece nenhuma justificção para tal atitude. Seja em seus princípios gerais, seja em suas normas propostas, o Documento é sóbrio e fiel àquilo que significa a vida litúrgica da Igreja. Basta ler o número 23 do dito documento para sermos convencidos de tal espírito de sobriedade.

Algumas dessas reformas abandonaram importantes elementos da Liturgia com as relativas considerações teológicas: agora é necessário e importante recuperar esses elementos. O Papa, considera que o rito de São Pio V, revisto pelo Beato João XXIII, é um caminho para a recuperação daqueles elementos ofuscados pela reforma, o Papa deve certamente ter refletido muito sobre sua escolha; sabemos que ele consultou diversos setores da Igreja sobre tal questão e, não obstante algumas posições contrárias, o Papa decidiu permitir a livre celebração daquele Rito. Tal decisão não é tanto, como dizem alguns, um retorno ao passado, quanto a necessidade de tornar a equilibrar de modo íntegro os aspetos eternos, transcendentais e celestiais com os terrestres e comunitários da Liturgia. Essa decisão ajudará a estabelecer eventualmente um equilíbrio também entre o sentido do sagrado e do mistério, de um lado, e o dos gestos externos e dos comportamentos e empenhos sócio-culturais derivantes da Liturgia”.

Quando ainda era Cardeal, Joseph Ratzinger insistia muito sobre a necessidade de ler o Concílio Vaticano II a partir de seu primeiro documento, isto é, da Sacrosanctum Concilium. Por que, conforme o Senhor, os Padres Conciliares quiseram dedicar-se antes de tudo à Liturgia?

*“Antes de tudo, por trás dessa escolha, estava seguramente a consciência da importância vital da Liturgia para a Igreja. A Liturgia, por assim dizer, é o olho do furacão, porque aquilo que se celebra, é aquilo que se crê e aquilo que se vive: o famoso axioma *Lex orandi, lex credendi*. Por isso, toda verdadeira reforma da Igreja passa através da Liturgia. Os Padres estavam cientes de tal importância. Ademais, a reforma litúrgica era um processo já em ação antes mesmo do Concílio a partir sobretudo do *Motu Proprio Tra le Sollecitudini* de São Pio X e da *Mediator Dei* de Pio XII.*

Foi São Pio X que atribuiu à Liturgia a expressão “primeira fonte” do autêntico espírito cristão. Talvez já, também, a existência das estruturas e da experiência de quem se empenhava para o estudo e a introdução de algumas reformas litúrgicas, estimulava os Padres Conciliares a escolher a Liturgia como matéria a considerar como a primeira nas sessões do Concílio. O Papa Paulo VI refletia a mente dos Padres Conciliares sobre a questão, quando disse: “nós aí vemos o obséquio da escala dos valores e deveres: Deus em primeiro lugar; a oração primeira obrigação nossa; a Liturgia primeira fonte da vida divina comunicada a nós, primeira escola da

nossa vida espiritual, primeiro dom que podemos dar ao povo cristão...” (Paulo VI, Discurso de encerramento do 2º período do Concílio, 4 de Dezembro de 1963).

Muitos leram a publicação do Motu Proprio “Summorum Pontificum” como uma vontade do Pontífice para aproximar a Igreja dos cismáticos lefebvrianos. Segundo o senhor, foi isso mesmo? Vai também nesse sentido o Motu Proprio?

“Sim, mas não só assim. O Santo Padre explicando as motivações de sua decisão, seja no texto do Motu Proprio como na carta de apresentação escrita para os Bispos, elenca também outras razões importantes. Naturalmente, ele terá levado em conta o pedido sempre mais crescente, feito por diversos grupos e, sobretudo, pela Sociedade de São Pio X e a Fraternidade Sacerdotal de São Pedro, assim como também por Associações de Leigos, para a liberalização da Missa de São Pio V. Assegurar a integração total dos Lefebvrianos era importante também pelo fato de que muitas vezes, no passado, se cometeram erros de julgamento causando inúteis divisões na Igreja, divisões que agora se tornaram quase insuperáveis. O Papa fala desse possível perigo na carta de apresentação do Documento escrita aos Bispos.

Quais são, a seu ver as problemáticas mais urgentes para a justa celebração da Sagrada Liturgia? Quais as instâncias sobre as quais se deveria insistir mais?

"Creio que nos crescentes pedidos para a liberalização da Missa de São Pio V, o Papa tenha visto sinais de um certo esvaziamento espiritual causado pelo modo com o qual os momentos litúrgicos, são até hoje celebrados na Igreja. Tal dificuldade nasce tanto de certas orientações da reforma litúrgica pós conciliar, que tendiam a reduzir, ou melhor ainda, a confundir aspetos essenciais da fé, quanto de comportamentos aventureiros e pouco fiéis à disciplina litúrgica da própria reforma; o que se constata por toda a parte.

Creio que uma das causas para o abandono de alguns elementos importantes, do rito tridentino na realização da reforma pós conciliar por parte de certos setores litúrgicos seja o resultado de um abandono ou de uma sub avaliação daquilo que teria acontecido no segundo milênio da história da Liturgia. Alguns liturgistas viam os desenvolvimentos desse período de um modo antes negativo. Tal juízo é errôneo porque quando se fala da tradição viva da Igreja não se pode escolher aqui e acolá aquilo que concorda com nossas idéias pré concebidas. A Tradição, considerada em um sentido geral também nos ambientes da ciência, filosofia, ou teologia, é sempre algo vivo que continua a se desenvolver e a progredir também nos momentos altos e

baixos da história. Para a Igreja, a Tradição viva é uma das fontes da revelação divina e é fruto de um processo de evolução contínua. Isso é verdade também na tradição litúrgica, com o “t” minúsculo. Os desenvolvimentos da Liturgia no segundo milênio têm o seu valor. A Sacrosanctum Concilium não fala de um novo Rito, ou de um momento de ruptura, mas de uma reforma que surja organicamente daquilo que já existe. É por isso que o Papa diz: “na história da Liturgia há crescimento e progresso, mas não há nenhuma ruptura. Aquilo que para as gerações anteriores era sagrado, também para nós permanece sagrado e grande, e não pode ser improvisamente totalmente proibido ou, sem mais, considerado nocivo” (Carta aos Bispos, 7 de Julho de 2007). Idolatrar aquilo que aconteceu no primeiro Milênio, com prejuízo do que ocorreu em sucessivo, é, pois, uma atitude pouco científica. Os Padres Conciliares não mostraram um tal comportamento.

Uma segunda problemática seria aquela de uma crise de obediência para com o Santo Padre que se nota em alguns ambientes. Se tal atitude de autonomia é visível entre alguns eclesiásticos, como também nos níveis mais altos da Igreja, não favorece certamente à nobre missão que Cristo confiou a seu Vigário.

Ouve-se que, em algumas nações ou dioceses, foram promulgadas pelos Bispos regras que praticamente anulam ou deformam a intenção do Papa. Tal comportamento não é consoante com a dignidade e a nobreza da vocação de um pastor da Igreja. Não digo que todos sejam assim. A maioria dos Bispos e eclesiásticos aceitaram, com o devido sentido de reverência e de obediência, a vontade do Papa. Isso é verdadeiramente louvável. Entretanto, houve vozes de protesto por parte de alguns Bispos.

Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que tal decisão foi necessária porque, como diz o Papa, a Santa Missa: “em muitos lugares se celebrava de modo fiel às prescrições do novo Missal, mas isso era, sem mais, entendido como uma autorização e até como uma obrigação para a criatividade, a qual leva freqüentemente a deformações da liturgia até o limite do suportável”. “Falo por experiência”, continua o Papa “porque vivi também eu aquele período com todas as suas expectativas e confusões e vi como pessoas que eram totalmente radicadas na Fé da Igreja, quão profundamente elas foram feridas pelas deformações arbitrárias da Liturgia,” (Carta aos Bispos). O resultado de tais abusos foi um crescente espírito de nostalgia para com a Missa de São Pio V. Além disso, um sentido de desinteresse geral para ler e respeitar seja os documentos normativos da Santa Sede, como também as próprias Instruções e Premissas dos livros litúrgicos piorou ainda mais a situação. A Liturgia não parece ainda figurar suficientemente na lista das prioridades para os Cursos de Formação contínua dos eclesiásticos.

Distingamos bem. A reforma pós conciliar não é de todo negativa; antes, há nela muitos aspetos positivos naquilo que foi realizado. Mas há também mudanças introduzidas abusivamente que continuam a ser levadas avante não obstante seus efeitos nocivos à fé e sobre a vida litúrgica da Igreja.

Falo aqui, por exemplo, de uma mudança efetuada na reforma, a qual não foi proposta nem pelos Padres Conciliares, nem pela Sacrosanctum Concilium, isto é, a comunhão recebida na mão. Isso contribuiu, de algum modo, para uma certa decadência da fé na Presença real de Cristo na Eucaristia. Essa prática, e a abolição das balaustradas do presbitério, dos genuflexórios das igrejas e a introdução de práticas que obrigam os fiéis a ficar sentados ou de pé durante a elevação do Santíssimo Sacramento reduz, o genuíno significado da Eucaristia assim como o sentido da profunda adoração que a Igreja deve dirigir para o Senhor, o Unigênito Filho de Deus. Além disso, a Igreja, casa de Deus, em alguns lugares é usada como sala para encontros fraternos, concertos ou celebrações inter-religiosas. Em algumas Igrejas, o Santíssimo Sacramento é quase escondido e abandonado em uma capelinha invisível e pouco decorada. Tudo isso obscurece a fé tão central da Igreja, na presença real de Cristo. Para nós católicos, a Igreja é essencialmente a casa do eterno.

Outro sério erro é aquele de confundir os papéis específicos do clero e dos leigos com relação ao altar tornando o presbitério um lugar de perturbação, de excessivo movimento, e não certamente “o lugar” onde o cristão consegue colher o sentido de estupor e de esplendor ante a presença e a ação salvífica do Senhor. O uso de danças, de instrumentos musicais e de cantos que têm bem pouco de litúrgico, não são de modo algum consoantes ao ambiente sagrado da Igreja e da Liturgia; acrescento também certas homilias de caráter político-social frequentemente pouco preparadas. Tudo isso desnatura a celebração da S. Missa e faz dela uma coreografia e uma manifestação de teatralidade, mas não de fé.

Há ainda outros aspetos pouco coerentes com a beleza e a maravilha daquilo que se celebra sobre o altar. Nem tudo vai mal com o Novus Ordo, mas muitas coisas ainda devem ser colocadas em ordem evitando ulteriores danos à vida da Igreja. Creio que nossa atitude com relação ao Papa, para com as suas decisões e a expressão de sua solicitude para o bem da Igreja deve ser somente aquela que São Paulo recomendou aos Coríntios - “mas tudo se faça para a edificação” (1Cor 14, 26). (P.L.R.) (Agência Fides 16/11/2007; 199 linhas, 2.742 palavras)